
O DESENVOLVIMENTO GEOGRÁFICO DESIGUAL NO ENTRE RIOS DA MÉDIA SOROCABANA: O FORJAR DE UMA IDENTIDADE LOCAL A PARTIR DA DIVISÃO TERRITORIAL DO TRABALHO

UNEVEN GEOGRAPHIC DEVELOPMENT BETWEEN RIVERS OF MEDIA SOROCABANA: THE FORGING OF A LOCAL IDENTITY BASED ON THE TERRITORIAL DIVISION OF LABOR.

DESARROLLO GEOGRÁFICO DESIGUAL ENTRE RÍOS DE MEDIA SOROCABANA: LA FORJACIÓN DE UNA IDENTIDAD LOCAL BASADA EN LA DIVISIÓN TERRITORIAL DEL TRABAJO

Ricardo Manffrenatti Venturelli¹ <https://orcid.org/0000-0001-6443-7920>

¹ Doutor em Geografia pela FCT/UNESP (Campus de Presidente Prudente). Docente do Instituto Internacional das Irmãs de Santa Marcelina – Colégio Botucatu. E- mail: ricardo.venturelli@unesp.br

RESUMO

Este texto é um ensaio realizado a partir de estudos de doutoramento que refletiram a geograficidade presente nos processos de ocupação, apropriação, conflitos, relações de trabalho e produção em uma fração do Sudoeste Paulista, delimitadas pelos vales dos Rio Paranapanema, Pardo e Turvo, e como suas relações e conexões dessas problemáticas indicavam as escalas de dependência. Logo, um dos pontos que nos levou à estruturação da pesquisa para a construção da tese foi pensar a as territorialidades através da lei do desenvolvimento geográfico desigual e pela identificação destas escalas de movimentação do capital no forjar das territorialidades, evidenciando a mobilidade do capital pelo vai e vem de aportes financeiros na orientação da divisão Territorial do Trabalho¹. A tese referida objetivou explicar essas dinâmicas ocorridas nesta fração espacial através de seus arranjos territoriais e os processos resultantes das contradições do capital. As territorialidades são a expressão na superfície terrestre da luta de classes, e por isso, é importante compreender os processos de mobilidade do capital e as escalas de relações envolvidas. E neste texto iremos indicar como a organização espacial e as disputas territoriais presentes são as marcas deixadas na superfície e que promove a face geográfica provocada intencionalmente pelo capital. Diferenciando assim as localidades ao forjar relações de dependência, sujeição e espoliação de tudo presente naquele recorte espacial, podendo ser seus recursos, a força de trabalho e a apropriação da

¹ Este ensaio é resultante da conclusão da tese desenvolvida para o doutoramento junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista (UNESP – Presidente Prudente). Intitulada como DA TERRA DO QUE? TERRITORIALIDADES E PROCESSOS DO DESENVOLVIMENTO GEOGRÁFICO DESIGUAL NO ENTRE RIOS DA MÉDIA SOROCABANA: APROPRIAÇÕES, CONFLITOS, TRABALHO E PRODUÇÃO.



terra. Logo, analisaremos os principais episódios de ocupação e formação geográfica através da luz do Desenvolvimento Geográfico Desigual para compreender as relações e escalas que o capital promoveu (e promove) na formação da Divisão Territorial do Trabalho.

Palavras-chave: Desenvolvimento Geográfico Desigual. Divisão Territorial do Trabalho. Territorialidades.

ABSTRACT

This text is an essay based on doctoral studies that reflected the geographicity present in the processes of occupation, appropriation, conflicts, work relations and production in a fraction of the Southwest of São Paulo, delimited by the valleys of the Rio Paranapanema, Pardo and Turvo, and how their relationships and connections between these issues indicated the scales of dependence. Therefore, one of the points that led us to structure the research for the construction of the thesis was to think about territorialities through the law of uneven geographic development and through the identification of these scales of capital movement in the forging of territorialities, evidencing the mobility of capital throughout the and comes from financial contributions in the guidance of the Territorial Division of Labor. The referred thesis aimed to explain these dynamics that occurred in this spatial fraction through its territorial arrangements and the processes resulting from the contradictions of capital. Territorialities are the expression on the terrestrial surface of the class struggle, and therefore, it is important to understand the processes of capital mobility and the scales of relationships involved. And in this text we will indicate how the spatial organization and the territorial disputes present are the marks left on the surface and that promotes the geographical face intentionally provoked by capital. Thus, differentiating the localities by forging relationships of dependence, subjection and spoliation of everything present in that space, which could be their resources, the workforce and the appropriation of the land. Therefore, we will analyze the main episodes of occupation and geographic formation through the light of Unequal Geographical Development to understand the relationships and scales that capital promoted (and promotes) in the formation of the Territorial Division of Labor.

Keywords: Unequal Geographical Development. Territorial Division of Labor. Territorialities.

RESUMEN

Este texto es un ensayo basado en estudios de doctorado que reflejó la geografía presente en los procesos de ocupación, apropiación, conflictos, relaciones de trabajo y producción en una fracción del suroeste de São Paulo, delimitada por los valles de los ríos Paranapanema, Pardo y Turvo, y cómo sus relaciones y conexiones entre estos temas indicaron las escalas de dependencia. Por tanto, uno de los puntos que nos llevó a estructurar la investigación para la construcción de la tesis fue pensar las territorialidades a través de la ley del desarrollo geográfico desigual y a través de la identificación de estas escalas de movimiento de capitales en la forja de las territorialidades, evidenciando la movilidad de capital a lo largo de la y proviene de aportes económicos en la dirección de la División Territorial del Trabajo. La referida tesis tuvo como objetivo explicar estas dinámicas que se dieron en esta fracción espacial a través de sus arreglos territoriales y los procesos resultantes de las contradicciones del capital. Las territorialidades son la expresión en la superficie terrestre de la lucha de clases y, por tanto, es importante comprender los procesos de movilidad del capital y las escalas de relaciones involucradas. Y en este texto indicaremos cómo la organización espacial y las disputas territoriales presentes son las marcas que dejan en la superficie y que promueven el rostro geográfico intencionalmente provocado por el capital. Así, diferenciando las localidades forjando relaciones de dependencia, sujeción y despojo de todo lo presente en ese espacio, que pueden ser sus recursos, la mano de obra y la apropiación de la tierra. Por ello, analizaremos los principales episodios de ocupación y formación geográfica a la luz del Desarrollo

Geográfico Desigual para comprender las relaciones y escalas que el capital impulsó (y promueve) en la formación de la División Territorial del Trabajo.

Palabras clave: Desarrollo Geográfico Desigual. División Territorial del Trabajo. Territorialidades.

INTRODUÇÃO

Ao iniciarmos a construção de uma pesquisa, inúmeras ideias surgem como motivadoras do que se pretende estudar. Conforme se ampliam as perspectivas, se ampliam as dificuldades em definir a ideia central e delimitar seu objeto de estudo. No caso da ideia principal desenvolvida durante o doutoramento e a construção da tese, a inspiração para sua investigação surgiu justamente da dificuldade em “encontrar” o que de fato se pretendia estudar. A delimitação do objeto de estudo, no caráter locacional, já estava presente desde o início. Pensar o recorte espacial a partir da topofilia, da relação do pesquisador com a localidade e o lugar vivido foi o indicador de qual fração da superfície terrestre iríamos investigar a sua geograficidade. Observando então a delimitação locacional não pela escala cartográfica do ponto de vista de quem vê as relações por cima, e sim, do ponto de vista do sujeito que irá pesquisar aquilo que lhe atém.

Assim, percebemos que as relações e conexões dessas problemáticas indicavam as escalas de dependência. Logo, um dos pontos que nos levou a estruturação da pesquisa para a investigação a partir da conceituação presente na lei do desenvolvimento geográfico desigual e pela identificação das escalas de movimentação do capital no forjar das territorialidades, evidenciando a mobilidade do capital pelo vai e vem de aportes financeiros na orientação produtiva, seja ela na agricultura empresarial se apropriando de grandes extensões de terra e construindo a paisagem monótona do agronegócio, ou seja na agricultura camponesa promovendo territorialidades através da sujeição da produção e do trabalho. O que ficou evidente e ajudou a direcionarmos a pesquisa foi a identificação do movimento de investimentos de capitais externos voltados a orientação produtiva local e a consequente drenagem da renda fundiária. Situação essa presente na territorialização do capital quando controla grande parcela de terras para a produção de commodities ou matéria-prima para indústria. Também presente no caráter rentista ao qual se territorializa na busca de reserva de valor fundiário, expressas desde as silviculturas até as grilagens. E ainda na monopolização do território pelo capital quando há a sujeição camponesa para obtenção de matéria-prima para a

indústria. Em todos os casos, é percebido o movimento de retorno deste capital investido por tantos vieses, desde a dependência de insumos até a exploração do trabalho.

E para compreender as contradições do capital no forjar de territorialidades, estas entendidas através da própria dialética do capital sendo a expressão na superfície terrestre da luta de classes, e seus condicionantes nos arranjos e mobilidades do capital no processo de desenvolvimento desigual, estamos partindo do entendimento da sociedade a partir de suas contradições expressas pelo Materialismo Histórico e Dialético enquanto chave de investigação para desvendar os condicionantes da dependência presente, uma vez que “em todas as formas de sociedade se encontra uma produção determinada, superior a todas as demais, e cuja situação aponta sua posição e sua influência sobre as outras (MARX, 2008, p. 266). Partiremos da Lei do Desenvolvimento Geográfico Desigual, uma conceituação primaz inerente a Lei do Desenvolvimento Desigual e Combinado, e importante não apenas para elencar as diferenças entre os locais, e sim as intencionalidades as quais levam a periferização deste recorte em estudo.

E para tal entendimento, partiremos da Lei do Desenvolvimento Geográfico Desigual, uma conceituação primaz inerente a Lei do Desenvolvimento Desigual e Combinado, e importante não apenas para elencar as diferenças entre os locais, e sim as intencionalidades as quais levam a periferização deste recorte em estudo.

O conceito de Desenvolvimento Desigual foi inicialmente trabalhado por Lênin (1985) ao qual interpretou que o avanço do capitalismo, progressivamente, gera divisão social e territorial do trabalho, o que constitui o centro do processo de formação de um mercado interno na economia capitalista e de desigualdades entre classes e locais. As diferenciações produtivas e técnicas entre as localidades são intencionalmente provocadas a fim de gerar a competição e a obtenção de vantagens.

Todavia, o entendimento de Lênin sobre este processo no que concerne ao campesinato e seus movimentos precisarão se dialogados através das contradições que o capital apresenta. Nesse momento, é preciso analisar o processo de produção do capital, como forma de acumulação de capital através de processos tipicamente não capitalistas. Ao não empregar capital, não se pode afirmar que se trata de um processo de reprodução do capital, uma vez que não há a exploração de mais-valia, mas sim a sujeição sobre a produção camponesa e a renda da terra. Trotsky compreende o capitalismo enquanto uma totalidade contraditória, e por isso, regiões dependentes e dominantes apresentam processos relacionados a reprodução do capital. Dependência tecnológica, dominação econômica e política, interesses de mercado e trabalho, entre outros fatores são os responsáveis pela essência do desenvolvimento combinado do capital

nas relações sociais de formação de produção social entre centro e periferia. Mesmo que escrita sob uma ótica de entender o desenvolvimento russo perante as ocorrências imperialismo e do avanço do capital, é necessário interpretar, dialogar e contradizer as formulações clássicas forjadas no século XX pela visão do Século XXI e todas as essências já explicitadas.

Por isso, quando dizemos que nosso objeto de estudo é uma fração do território paulista, mais precisamente um recorte específico localizado na porção sudoeste do estado, não o estamos analisando como resultado de um processo endógeno de condicionantes e resultados. E sim, indicando relações presentes nesta escala de estudo ao qual estejam e sejam territorializadas por intermédio das conexões e interrelações com o capital, e assim, demonstrando um processo local atribuído pelas ações de escalas maiores.



Mapa 1: Localização da área de estudo com destaque para os municípios abrangidos na pesquisa.
Fonte: Spring/INPE – Banco de Dados de São Paulo.

A escolha deste referencial para compreender o objeto de estudo se dá pela interpretação de que os arranjos espaciais são condicionados pela mobilidade do capital, e por isso, determina a Divisão Territorial do Trabalho. Bem como suas territorialidades enquanto expressão na superfície terrestre da luta de classes. Intencional a este objeto de estudo é analisar suas territorialidades – entendidas como resultantes das contradições do capital e seus conflitos – ocorridas nas manchas de cerrado nessa porção do estado de São Paulo. Construímos a pesquisa

a partir de duas frentes de investigação. Em um primeiro momento nos atemos aos processos de ocupação sistemática ocorrida após a Lei de Terras de 1850, e desde então, forjada como área de interesses rentistas na mais explícita relação de obtenção de renda da terra, devido sua periferização produtiva, porém, dotada de redes de conexão e distância espacial próximas aos centros de produção. Em um segundo momento da construção da tese, discorreremos sobre as territorialidades camponesas, e por isso, realizar uma discussão sobre os referenciais ao qual conceitua os fenômenos camponeses e as suas transformações frente ao capital na atualidade.

Pensar nos processos de territorialização deste recorte espacial em estudo é pensar em como o conjunto das intencionalidades do capital promovem desigualdades entre regiões e dentro da própria localidade, e assim, o próprio capital passa a realocar atividades econômicas como em uma competição entre os locais para aquelas que lhe sejam mais vantajosas. A ideia central desta reflexão está no âmago do conjunto de relações que expõem os condicionantes das desigualdades e configurações dos territórios entre aqueles que mandam e os que estão subordinados.

Portanto, desdobraremos em como o Desenvolvimento Geográfico Desigual foi configurado, sendo este um conceito que parte da interpretação do Desenvolvimento Desigual e Combinado, e por isso, o utilizamos para analisar e compreender os diferentes movimentos do capital nos processos de ocupação e apropriação da terra como condicionantes das desigualdades, dependência e conflitos. No entendimento de sua periferização e a territorialidade que o capital imprime no Sudoeste Paulista é importante indicar quais foram os ramos de atividades produtivas que historicamente drenaram renda fundiária, dando precedentes para as organizações e relações presentes no território. Dessa forma, chegar à conclusão de quais seriam os limites dimensionais de análise foi um dos principais imbróglis metodológicos a ser respondido.

O DESENVOLVIMENTO GEOGRÁFICO DESIGUAL NO ENTRE RIOS DA MÉDIA SOROCABANA

Entender como foi forjado o caráter desigual do processo de desenvolvimento e arranjo geográfico a partir das relações de dependência é o caminho aqui percorrido para evidenciar os movimentos do capital na configuração da divisão territorial do trabalho e como esta condiciona as territorialidades locais, entre eles as camponesas. Para isto, iremos nos ater ao processo de ocupação e apropriação da terra a fim de construir um raciocínio capaz de explicitar as intencionalidades do capital. O conceito de Desenvolvimento Geográfico Desigual deve ser

entendendo nas espacialidades do Desenvolvimento Desigual e Combinado. O capital atua em ritmos e escalas que variam, forjando expressões na fração da superfície da terra que atendam suas intencionalidades, e com isso há uma relação intrínseca do capital com as transformações da paisagem. Baseando na análise metodológica da dialética da diferenciação e igualização (SMITH, 1988, p. 196), é possível compreender as escalas produzidas pelo capital.

Portanto, quando pensamos em interpretar o Desenvolvimento Geográfico Desigual, temos que levar em questão as relações entre localização e movimentos do capital no forjar da Divisão Territorial do Trabalho, uma vez que para entendê-lo é preciso analisar a região enquanto parte da superfície terrestre à mercê de um todo, ou seja, do capital mundial, e com isso, compreender as contradições locais nesta relação de igualização mundial de acumulação e diferenciação local através da drenagem da renda fundiária.

O capitalismo não se desenvolve sobre uma superfície plana dotada de matérias-primas abundantes e oferta de trabalho homogênea com igual facilidade de transporte em todas as direções. Ele está inserido, cresce e se difunde em um ambiente geográfico variado que abarca grande diversidade na liberalidade da natureza e na produtividade do trabalho, que “não é uma dádiva da natureza, mas o resultado de uma história que compreende milhares de séculos. (HARVEY, 2013, p. 602).

Logo, partindo da análise da tríade localização-ritmo-movimento do capital tem-se a expressão da Divisão Territorial do Trabalho dentro do contexto do desenvolvimento desigual, que não ocorre ao acaso, e sim através de intencionalidades, visto que a “expansão geográfica é sinônimo de expansão social e desenvolvimento, este ocorre, nesse estágio, somente pela expansão do âmbito geográfico no qual o espaço é socialmente produzido” (SMITH, 1988, p. 127).

As terras dos rincões paulistas, localizadas além da boca do sertão de Botucatu não passaram a ser ocupadas sistematicamente ao acaso, mas sim como movimento do capital mundializado ao qual promovera a expansão das fronteiras agrícolas paulista para terras até então não apropriadas, proporcionando a expansão da cafeicultura, das ferrovias e do rentismo.

POLÍTICAS DE OCUPAÇÃO, CAPITAL E ESTADO: LEI DE TERRAS DE 1850 E A APROPRIAÇÃO DAS TERRAS NESTE RINCÃO PAULISTA

Quando falamos em processos de ocupação corremos o risco de atribuir um juízo de valor de que nessas terras não existia nada e nem ninguém e, a partir do avanço do capital fora dotada de relações sociais e estrutura que daria a sua formação geográfica. Por isso, primeiramente precisamos deixar claro que sim, havia ocupação antes das ofensivas para a apropriação fundiária no sertão paulista. Mas que, quando nos referimos a ocupação sistemática

estaremos interpretando os pormenores de como o capital determinou a construção geográfica a partir de suas contradições. A chamada civilização ao qual levava o chamado progresso não foi senão um movimento do capital e de interesses de sujeitos ao qual previam a apropriação dessas terras do oeste paulista a fim de garantir a valorização de terras da porção leste da então província, proporcionada pela abertura de novas fazendas em localidades de menor fertilidade do solo e não dotadas de infraestrutura para o escoamento da produção. Nesta perspectiva percebemos o caráter rentista deste processo, uma vez que fora promovida a incursão nessas terras do sertão paulista por fazendeiros ao qual objetivavam serem os “primeiros” a desbravarem as savanas e florestas paulistas para definirem as rotas de expansão das lavouras.

Além de que, poucas eram as povoações que se fixavam além da serra de Botucatu, e com isso, o então governo imperial e provincial passaram a incentivar as ditas expedições para levantamento das terras devolutas propícias a serem inseridas na dinâmica agroexportadora e para ocupação através da formação de vilas e futuras cidades.

Portanto, é importante reconhecer que a coerência territorial e regional, pelo menos parcialmente discernível dentro do capitalismo, é ativamente produzida em vez de passivamente recebida como uma concessão à “natureza” ou à “história”. A coerência, como ela é, surge da conversão das restrições temporais para espaciais à acumulação (HARVEY, 2013, p. 603).

Contudo, o que ocorrera foi uma intensa apropriação violenta e ilegal dessas terras aos quais eram presentes territórios indígenas e diversas ocupações de posseiros e caboclos. Muito antes da dominação europeia, as terras do sertão de Botucatu serviam de caminho aos povos autóctones sulamericanos, visto a passagem do caminho de Peabiru. Além de diversas outras territorialidades indígenas aos quais nos deixaram suas referências nas toponímias do interior paulista. Com as entradas de bandeiras e jesuítas, as territorialidades indígenas foram alteradas, e com essa relação teremos aqueles que são fruto de uma miscigenação provocada por esse contato que nada harmonioso. De geração em geração os caboclos filhos dessa relação deram origem a figura do caipira paulista que sequer tinha a língua portuguesa como meio de comunicação. E assim, criaram suas marcas no território aos quais são percebidas ainda hoje, na alimentação, nas tradições e no típico sotaque. Nem sempre pacífica, as relações desses povos que viviam alheios aos movimentos econômicos do Brasil colonial e, posteriormente, imperial, foram vilipendiados com grandes contingentes que chegaram trazendo a violência ao dizer-lhes que aquelas terras eram suas, e assim, o capital promove a desterritorialização e abre meios para sua acumulação.

A boca do sertão paulista ainda era região de ocupação marginal ao capital em meados do século XIX e pouco era notado a língua portuguesa entre aqueles que ali viviam. É no contexto de privatização das terras no Brasil, que se inicia a ocupação sistemática do sertão

paulista além da boca do sertão de Botucatu. Por volta de meados do século XIX, os sertanistas avançam para o oeste paulista, transpassando a Serra de Botucatu, e iniciando a privatização das terras devolutas ali existentes (COBRA, 1923).

Botucatu aparece na história paulista como ponto de partida para a penetração e conquista do chamado “sertão desconhecido”. Foram inúmeros e sucessivos os “caminhos” que partiam de Botucatu, na direção do vale do Paranapanema. (DI CREDDO, 2003, p. 46).

A ocupação deste recorte regional e sua formação enquanto identidade na Divisão Territorial do Trabalho se dá à luz da transformação da terra em mercadoria quando da Lei de Terras de 1850. Logo, a sistemática de ocupação está intrinsecamente ligada a aferição de renda diferencial da terra, apropriando de terras incultas e valorizando outras já sistematicamente consolidadas em sua ocupação e produção. Por isso, entender desde o primórdio o caráter rentista que os processos de ocupação e produção que esta região segue expõe o objetivo rentista. A intencionalidade em forjar a propriedade da terra é determinada pelos interesses do capital, uma vez que a objetivação na expansão da cafeicultura não estava apenas no aumento da oferta do produto no mercado, mas sim condicionar uma relação de sujeição da propriedade da terra ao capital, seja através da sujeição ao capital industrial ou ao capital financeiro.

Contudo, esse fenômeno deixou marcas na formação social e ocupação territorial nessas terras que só passaram a ser alvo dos interesses do capital em meados do século XIX, em parte por serem terras da fronteira agrícola ainda não apropriadas próximas aos centros produtores de café em São Paulo e, também, pela facilidade para a tomada dessas terras sobre um povoamento parco e rude ao qual ficou à mercê dos interesses da política de terras do império.

Logo, não podemos compreender o processo de expansão das frentes de ocupação, inserção de terras no circuito produtivo e especulação fundiária encontrada nesse momento de análise como uma simples e natural expansão da cafeicultura por terras incultas no interior paulista, uma vez que, a entrada desse recorte territorial no jogo e julgo do capital está relacionado não só com os interesses locais dos apropriadores e rentistas fundiários, mas com todo conjunto do capital mundial de meados do século XIX. Pensar em um rincão como algo isolado geograficamente é um erro, uma vez que mesmo as terras que ainda não sofreram o avanço do capital são capazes de determinar diretrizes e políticas que visem o proveito e o favorecimento, ainda mais quando o avanço do capital favorece inúmeros agentes, desde especuladores à rentistas.

Não se pode compreender a renda imobiliária sem o capital [...]. O capital é a potência econômica da sociedade burguesa, potência que domina tudo; constitui necessariamente o ponto de partida e o ponto de chegada, e deve, portanto, ser analisado antes da propriedade agrária; uma vez analisado cada

um em particular, devem ser estudadas as suas relações recíprocas. (MARX, 1999, p.52).

Nessa premissa podemos concluir que as escalas de atuação do capital na formação geográfica do oeste paulista – e mais precisamente no recorte em estudo – são mais amplas que se limitadas a ilustrar apenas a participação de agentes no que era chamado de “desbravamento”, mesmo porque havia uma deliberação social, econômica e política de escala mundial para que a fronteira agrícola paulista fosse estendida, e assim, passasse a fazer parte da divisão do trabalho mundial, dentro do seu papel bem definido.

A PERIFERIA DE UMA ECONOMIA MUNDIALIZADA: A MOBILIDADE DO CAPITAL E AS ESCALAS DA DIVISÃO TERRITORIAL DO TRABALHO

Discorridos alguns eventos importantes para compreender o processo de ocupação e apropriação das terras nessa porção Sudoeste Paulista a partir de Botucatu, partiremos agora para a análise que visa compreender a mobilidade do capital nos condicionantes de uso e ocupação do solo através da perspectiva da produtividade e do seu papel na divisão internacional do trabalho, levando em consideração a relação de dependência que o capital forja no processo de desenvolvimento. A proposta é evidenciar a dependência ao capital presente nesta localidade em diferentes momentos históricos e suas atividades produtivas para compreender o processo de drenagem da renda fundiária. Associando cada atividade presente aos principais eventos do capital mundial é possível notar as relações de sujeição que o capital promove no arranjo territorial e nas características socioeconômicas. Identificando os agentes do capital que investiram em cada momento e relacionando o movimento e escalas que este capital promoveu. Aponta Di Credo (2003, p. 17, 18) que a ocupação do vale do Paranapanema estava associada a política de terras do Império, e ainda que:

O desenvolvimento do capitalismo, implicando a expansão de mercados, impôs uma nova regulamentação da política de terras e, conseqüentemente, do trabalho. Essas duas políticas se apresentaram vinculadas e dependeram da própria dinâmica do desenvolvimento do capitalismo. A incorporação da terra e do trabalho ao capitalismo, no século XIX, foi resultante das profundas transformações operadas na conjuntura internacional com a acumulação do capital, o aumento da população e a concentração em centros urbanos e, finalmente, do desenvolvimento industrial.

A intencionalidade em forjar a propriedade da terra é determinada pelos interesses do capital, uma vez que a objetivação na expansão da cafeicultura não estava apenas no aumento da oferta do produto no mercado, mas sim condicionar uma relação de sujeição da propriedade da terra ao capital, seja através da sujeição ao capital industrial ou ao capital financeiro.

Fenômeno presente muito além do comércio do café enquanto produto, mas sim na dotação de recursos para a abertura das fazendas, maquinários para beneficiamento e estrutura de escoamento, que aconteceria com a intensa participação do capital internacional no investimento e financiamento de tais situações. Por isso, Marx (1999, p. 52) afirma que “na sociedade burguesa [...] a agricultura transforma-se cada vez mais num simples ramo industrial e é completamente dominada pelo capital”. Logo, não podemos compreender o processo de expansão das frentes de ocupação, inserção de terras no circuito produtivo e especulação fundiária encontrada nesse momento de análise como uma simples e natural expansão da cafeicultura por terras incultas no interior paulista, uma vez que, a entrada desse recorte territorial no jogo e julgo do capital está relacionado não só com os interesses locais dos apropriadores e rentistas fundiários, mas com todo conjunto do capital mundial de meados do século XIX.

Iniciando pela cafeicultura, como já mencionado anteriormente, esta atividade foi o motor para a ocupação sistemática pelo capital na área em estudo. Mesmo antes do primeiro pé de café ser plantado na região, os cafeicultores já ambicionavam a apropriação destas terras, fosse para o aumento da produção ou para o incremento de valor ao café produzido em terras mais férteis e próximas aos pontos de escoamento. Conceito explicado pela ótica da renda diferencial, enquanto fração suplementar permanente do lucro do capitalista que explora a terra sob relações capitalistas de produção, ou seja, sob relações baseadas no trabalho assalariado em melhores condições em relação aos demais (OLIVEIRA, 2007, p. 44). No caso, a expansão da cafeicultura por localidades distantes, dotadas de pouquíssima infraestrutura para o escoamento da produção, bem como a fertilidade do solo ainda condicionando índices de produtividade menores e de qualidade inferior, acabam acarretando a obtenção de renda diferencial.

Quando se refere às questões de fertilidade natural dos solos e da localização das terras, tem-se a ocorrência da renda da terra diferencial I, uma vez que estas características independem do capital aplicado na produção. Certamente que propriedades com fertilidade natural superior a outras, e que apresentam localizações privilegiadas, acabam por serem mais valorizadas, aumentando a arrecadação de renda da terra. Quanto a ocorrência de renda da terra diferencial II, tem-se o investimento de capital para a melhor produtividade destas terras, ou seja, aquelas propriedades localizadas sobre uma cobertura pedológica menos fértil, em que com o investimento maciço, regularizam a questão da fertilidade, produzindo índices superiores dos comumente encontrados (OLIVEIRA, 1986).

Podemos agora trazer o argumento com relação ao papel da propriedade da terra e a apropriação da renda para o círculo amplo do capitalismo. A

apropriação da renda não só é socialmente necessária, mas os proprietários de terra precisam necessariamente assumir um papel ativo na busca de rendas aumentadas. (HARVEY, 2013, p. 534).

Certo que o momento da cafeicultura nessa região está relacionado ainda a substituição do trabalho cativo pelo assalariado, e com isso, há toda uma dinâmica envolta à imigração europeia, e posteriormente asiática, como mão de obra na colheita. Mas também há a relação de negação do acesso à terra promovido por sua mercantilização. Sendo que subjetivamente havia a facilidade de apropriação da terra por aqueles possuíssem meios para isso. É perceptível que além da terra ganhar sua face privativa, todos aqueles rincões não ocupados, ou devolvidos à coroa, conhecido como terras devolutas, em quaisquer hipóteses poderiam se configurar a possibilidade de acesso à uma classe de trabalhadores livres. Com a eminência do trabalho livre nas lavouras brasileiras, a classe proprietária de terra se viu no dilema de verem seus trabalhadores se desvencilhando de suas amarras e indo atrás terras para o cultivo próprio.

E como ponto interessante de análise, as grilagens de terras não aconteceram nas vistas do Estado pelo interesse ao incremento da produção cafeeira apenas, sendo presente a apropriação com o caráter rentista e especulativo. Logo, com a transição do trabalho escravo para o trabalho livre, não bastava apenas garantir a necessidade de um exército de mão de obra, mas também, criar condições que os impossibilitem, financeiramente e moralmente, de se ter acesso à terra. Se o escravo ao ser liberto, isso lhe apresentava como um rompimento às amarras do trabalho. Para o imigrante livre, a única coisa que lhe restara era a venda do trabalho. E assim, como maneira de subjugar a sua vontade, a propriedade da terra se configurava como algo difícil de acontecer, cabendo-lhe apenas a opção de se tornar colono. A propriedade da terra era negada pela compra e pelos ideais propagados de que a terra é para poucos. Não raro era a sujeição do colono dentro da fazenda. Dente os procedimentos que caracterizavam o colonato, como já citado, o pagamento muitas vezes sequer acontecia, devido às artimanhas dos fazendeiros, que lhes cobravam as passagens, instalações e moradias, alimentação e até o uso de ferramentas. Logo, o que temos são inúmeras circunstâncias que visam ao fazendeiro-proprietário à manutenção dessa classe trabalhadora em suas terras, inviabilizando a sua saída, e assim, contribuindo para os processos de extração de renda capitalizada da terra. De acordo com as concepções de E. G. Wakefield, empregada no processo de privatização da terra no Brasil nota-se que desde os primórdios, a questão da terra procura beneficiar o Capital.

A atitude em relação ao vasto estoque de terras livres e apropriáveis também não foi igual nos dois países: visto nos EUA como uma fonte inesgotável de riqueza e, portanto, de oportunidades (pelo menos até os anos 1890), revestia no Brasil, o caráter de um pesado fardo para a sociedade do litoral, encarregada de levar a civilização ao sertão. Acrescentava-se ao aspecto

ideológico o argumento econômico: o temor pela escassez de mão de obra levou os parlamentares do Império, durante a discussão da lei de terras, a se interessarem pelas teorias do economista inglês Edward G. Wakefield, cuja ideia central era dificultar e não facilitar a terra aos imigrantes para obrigá-los a trabalhar para os fazendeiros (SILVA, 2003, p. 1).

Nessa relação de dependência que o capital mundial provocara as políticas agrícolas brasileira, a regulamentação da propriedade da terra forjada pela Lei de Terras e a utilização de trabalhadores livres no campo – desde posseiros a colonos imigrantes – é um fator de manutenção de uma ordem social e de quem tiraria proveito na marcha ao sertão e na ocupação de terras ainda desocupadas.

A geografia do café nos planaltos ocidentais, no momento em que vai explodir a crise de 1929, parece ser a simples continuação da de 1905. Os fazendeiros continuaram a seguir as tendências evidenciadas até aqui; a busca da terra roxa e o aproveitamento das boas terras dos espigões. (MONBEIG, 1984, p. 188).

Dessa forma, concluímos refletindo sobre os processos, relações e escalas do desenvolvimento presenciado nesse recorte espacial e temporal. Ao mesmo momento que há uma homogeneização da paisagem paulista, principalmente naquelas que apresentavam condições edafológicas propícias para a instalação de cafezais, há uma diferenciação na forma como se espacializa as lavouras. Aponta Smith (1988, p. 195) que “uma compreensão da escala nos dá o instrumento final e crucial para entender o desenvolvimento desigual do capital”. E isso, não é apenas pelas condições naturais apresentadas e sim, pela mobilidade do capital que provoca a orientação da divisão do trabalho gerando diferenças geográficas e sociais, por mais que houvesse a ideia de que o interior paulista tivesse presenciado a cafeicultura por igual, ou seja, “porque é difícil compreender-se o sentido real da dispersão da ‘descentralização’, da ‘reestruturação espacial’, e assim por diante, sem uma clara compreensão da escala geográfica (SMITH, 1988, p. 195).

Não apenas a cafeicultura foi determinante na paisagem local e na relação de desenvolvimento. As diferenças edáficas de solo e vegetação levaram à uma diferenciação interna – se pensada no recorte de análise – do uso e ocupação. As apropriações podem ter seguido a mesma sistemática, mas a sua intencionalidade fora forjada para objetivos diferentes.

Logo, entendendo que o Desenvolvimento Desigual e Combinado é a lei de entendimento do processo de movimentação do capital e de como ela forma o Desenvolvimento Geográfico Desigual a partir das expressões na localização e movimentos do capital, esse fenômeno condiciona o papel da localidade na Divisão Territorial do Trabalho. E onde o capital se territorializa há conflitos, determinando suas territorialidades, e isso é mais evidente onde a lógica do desenvolvimento desigual ocorreu de forma periférica.

A contradição do capital está onde o capital é menor. E assim, nesse momento de análise iremos evidenciar as relações entre as grilagens de terras ocorridas, principalmente nas manchas de cerrado, o processo de criação de núcleos coloniais visando a sujeição de relações não-capitalistas de produção para a produção algodoeira com a presença de capital internacional. As chaves de compreensão para desvendar os condicionantes de desenvolvimentos desiguais a partir da construção do entendimento da sociedade a partir de suas contradições já que “em todas as formas de sociedade se encontra uma produção determinada, superior a todas as demais, e cuja situação aponta sua posição e sua influência sobre as outras (MARX, 2008, p. 266).

O caráter periférico que dá face aos processos econômicos e sociais em nossa área de estudo também foi responsável pelas diretrizes que o uso e ocupação do solo iria tomar a partir da metade do século XX. O papel na divisão territorial do trabalho promove a essa localidade um lugar a margem da expansão do capital produtivo e das inovações tecnológicas que seria inserido no campo nesse momento. Da modernização conservadora, nossa área de estudo ainda vivenciara apenas o conservadorismo do poder pela terra e do rentismo. Por isso, a ideia principal da tese, elucida o processo de desenvolvimento geográfico desigual no entre rios da média sorocabana através da interpretação da qual se trata de uma fração espacial periférica do capital, e logo, apresenta contradições inerentes em suas expressões territoriais de trabalho e produção.

O significado geral dessas hipóteses é confirmar que a localização é um momento ativo dentro do qual a circulação e a acumulação totais do capital, [...], ao lado das reestruturações radicais da economia de espaço do capitalismo desempenham um papel vital nos processos da formação e resolução da crise, e que estes podem até ser um “ajuste espacial” para as contradições internas do capitalismo. (HARVEY, 2013, p. 567).

Logo, um dos pontos que nos levou a interpretar os processos a partir da tese do desenvolvimento geográfico desigual se deu pela identificação destas escalas de movimentação do capital no forjar das territorialidades, evidenciando a mobilidade do capital pelo vai e vem de aportes financeiros na orientação produtiva, seja ela na agricultura empresarial se apropriando de grandes extensões de terra e construindo a paisagem monótona do agronegócio, ou seja na agricultura camponesa promovendo territorialidades através da sujeição.

A fisionomia da paisagem foi um dos indicativos de “desvio” da cafeicultura para locais mais propícios e ao mesmo tempo abriu caminho para as práticas de grilagens e rentistas. Não se trata de uma competição entre as localidades através da fertilidade dos solos e outras questões

que marcam o processo de ocupação, mas sim as intencionalidades do capital, no que Harvey (2013, p. 567) irá chamar de Desenvolvimento Geográfico Desigual

CAPITAL E TERRITÓRIO: COMMODITIES, A OFERTA DE TERRAS, ÁGUA E TRABALHO EM DISPUTA

Após discorrermos sobre a formação geográfica e como que o capital determinou seu processo de ocupação e divisão do trabalho com caráter dependente e rentista, cabe agora discorrermos sobre uma nova base de interpretação, a de como o capital se territorializa e a partir disso gera tensões e conflitos. Uma vez que apresentamos diversas situações aos quais os conflitos territoriais estavam presentes e foram condicionados através das artimanhas para a apropriação fundiária e obtenção de renda da terra. Logo, o arranjo territorial condicionado pelo capital não pode ser visto como um processo simples e direto das inúmeras fases de desenvolvimento. As transformações dos territórios se originam de processos complexos, que estão ligados aos desenvolvimentos das forças produtivas e das relações capitalistas de produção, bem como às contradições de tal desenvolvimento.

Em suma, nesta seção iremos evidenciar quem são os agentes das principais atividades já existentes e como estes agiram no processo de ocupação e indicação da região na divisão do trabalho. Discorreremos então desde o momento ao qual as terras locais estavam a serviço do rentismo e não presenciaram a inserção dos elementos da Revolução Verde até o momento da reprimarização da balança comercial brasileira e a expansão da produção de commodities, quando essas terras passam a ser de interesse na expansão dos setores sucroenergético e citricultor. em especial será dada atenção ao momento atual ao qual predomina a citricultura, as transações no setor canavieiro e quem são esses agentes e o que procuram. Aqui será o momento de adentrar as particularidades atuais de como o capital forja a dependência da localidade em estudo e quais os meios utilizados.

A localização absoluta é simplesmente um caso especial de localização relativa, em que fazemos abstração dos determinantes sociais da distância. [...]. É a totalidade das relações espaciais organizadas, num grau maior ou menor dentro de padrões identificáveis, que adequadamente constituem a expressão da estrutura e do desenvolvimento do modo de produção. (SMITH, 1988, p. 130)

Pensar no processo de Desenvolvimento Desigual e Combinado local, e suas territorialidades presentes, é pensar sobre o como o capitalismo em escala mundial é responsável por traçar um destino de dependência, evidenciando cada vez mais sua dialética

quando mergulhamos em escalas menores e percebemos o quanto o Desenvolvimento Geográfico Desigual é capaz de gerar conflitos. Ao partir da análise da dependência do capital é importante adentrar na aferição de renda da terra como um dos principais fatores para a formação da divisão territorial do trabalho. Para isto, compreender os processos de ocupação e apropriação levará as respostas sobre as intencionalidades do capital. Logo, esta mobilidade do capital é a responsável por determinar a estrutura fundiária e produtiva, seja no processo de territorialização do capital, ou da expressão contraditória da monopolização do território pelo capital.

Canaviais e a citricultura passam a ganhar destaque na região sudoeste paulista, principalmente na microrregião de Avaré a partir da primeira metade da década de 2000. Esse modelo sucede a pecuária leiteira na divisão territorial do trabalho local. Entender a expansão destes setores na região de estudo é entender uma parte do processo de consolidação do agronegócio pós anos 2000. A transformação da estrutura produtiva agrícola regional policultura e da pecuária leiteira em grandes monoculturas de cana e laranja remetem as políticas públicas de incentivo a este setor, ao qual beneficiou o seu fortalecimento enquanto pautas de exportação, como também no fortalecimento enquanto classe que exerce grande influência na economia nacional.

A expansão sucroalcooleira se insere em um cenário de reedificação do projeto estratégico do capital, que vai além da concepção neoliberal, no que concerne a saída do Estado desse setor, reivindicando a desregulamentação, mas ao mesmo tempo é dependente de créditos e subsídios de órgãos institucionais, como o BNDES e o Banco do Brasil. Certamente o foco dessa ação ambígua vem a ser a renovação da matriz energética, que vem a ser o discurso do capital, dando subsídios a redefinição da produção de álcool (THOMAZ, 2002, p. 359).

Dentre os processos de expansão das lavouras de laranjas por esta localidade, encontra-se um caso de essencial importância a ser tratado, pois, uma das maiores empresas do setor, a Cutrale adquiriu a propriedade Fazenda Santo Henrique e entrou com pedido de Certificação das Matrículas (georreferenciamento) junto ao INCRA. Acontece que esta propriedade é remanescente do Núcleo Colonial Monção, e, portanto, são terras reivindicadas como públicas (VENTURELLI, 2013, 116).

TERRITORIALIDADES DO CAMPESINATO NO ENTRE RIOS DA MÉDIA SOROCABANA

Após apresentarmos aqueles episódios que consideramos serem os mais contundentes para a formação geográfica local, dando sua face e tessitura territorial enquanto região

condicionada para ser dependente, e com isso, atribuindo-lhe um papel periférico – dentro da periferia mundial – na divisão territorial do trabalho. Como reflexo dessa relação de dependência, ao qual o capital através de sua mobilidade direciona o caráter produtivo, especulativo e rentista da terra, cria também suas contradições, uma vez que a fugacidade do capital ao mesmo tempo que não permite um incremento econômico, possibilita – e tira proveito – de relações não capitalistas de produção. Logo, o processo que forjou o desenvolvimento geográfico desigual nessa localidade está intrinsecamente relacionado com as territorialidades camponesas. É o fluxo do capital e sua orientação na divisão do trabalho que indica a construção territorial camponesa, uma vez que, não é a quantidade de capital investido, mas o seu objetivo que irá direcionar os movimentos camponesas e suas territorialidades.

Procuramos demonstrar como a mobilidade do capital e as relações de dependência determinam as territorialidades camponesas, interpretada a partir da orientação na divisão territorial do trabalho, que é condicionada pelo desenvolvimento desigual e combinado. E por isso, repetimos que nosso trabalho promove a interpretação do campesinato nesse recorte em estudo, não sendo pretensão responder ao todo como se dá a relação entre o capital e o campesinato. Até porque muitos autores já o fizeram, e assim, queremos elucidar essa relação de dependência e conflito na formação territorial escolhida. Certo que a abordagem metodológica permite utilizar para analisar outro recorte, porém, o caminhar na formação do desenvolvimento desigual é intrínseco a cada localidade, mesmo que relacionado ao capital que se movimenta – de forma desigual – em todo o globo. A cada localidade um objetivo é traçado, um papel na divisão do trabalho é imposto e assim, a expressão territorial é expressa na superfície terrestre.

[...] há razões para definir camponês e há razões para deixar indefinida a palavra, uma figura de linguagem fora do domínio onde residem as criteriosas categorias do conhecimento. (SHANIN, 1980, p. 43).

Definir o campesinato é tarefa mais complicada que o entender. Porque para o definir é preciso ir além dos conceitos e compreender o recorte geográfico, histórico e social ao qual o campesinato está imerso. Por isso, não há uma única definição sobre o que é o campesinato, mas sim respostas para cada particularidade presenciada e, ainda, a depender da interpretação de cada pesquisador. Não seria surpresa – e nem equivocado – se outro pesquisador ao analisar o campesinato no mesmo recorte ao qual elenquei e usasse os mesmos momentos para demonstrar suas territorialidades apresentasse outra conclusão. Certo que, nenhuma conclusão se daria sem uma investigação concisa, discussão conceitual, análise de processos e reflexão conceitual. Não estamos falando de conclusões sem base, ou meramente superficiais. Aí está o

brilho das ciências humanas, de abrir possibilidade para a discussão e a interpretação de maneira a enriquecer o debate.

Certamente o referencial metodológico dos estudos sobre o Modo Capitalista de Produção presentes em Karl Marx (1818-1883) são de extrema importância para o entendimento das relações e conflitos de classes. Contudo, seu contexto de análise era a burguesia e a exploração do trabalho proletário. Suas análises sobre a industrialização inglesa e suas repercussões ao capitalismo acabaram por interpretar que a agricultura europeia já era um ramo da indústria. (GUZMÁN; MOLINA, 2005, p. 44 e 46).

Marx pensa que, quando o sistema capitalista está plenamente consolidado, já terá deixado de existir a agricultura parcelaria ou camponesa na sua modalidade de “produção simples de mercadoria” e já se terá imposto a industrial. (GUZMÁN; MOLINA, 2005, p. 47)

Logo, o ponto crucial para a análise da relação do campesinato com o capitalismo estava em sua capacidade de produzir mercadorias, uma vez que mercadoria vem a ser tudo aquilo que não é produzido para consumo próprio, gerador de mais-valia, ou seja, vem a ser encarnação de trabalho social, em que todas as mercadorias são fruto da mesma unidade de trabalho. Assim, o valor da mercadoria se reduz a três partes, a saber, o que expressa o trabalho pretérito e é expresso no capital constante, a parte correspondente ao capital variável, e a mais-valia. Dessa forma, como traz Marx, parte-se do princípio de que os objetos e bens caracterizados como valores de troca são produzidos qualitativamente diferentes. O que aparece como diferentes valores de uso, ele reflete a diversidade das atividades que os produzem. Assim, tem-se então que Valor é trabalho, valor excedente é mais-valia.

Ao analisarem o campesinato presente em seus momentos, nos deram chave para o entendimento de como pode caminhar o campesinato, de acordo com as condições vigentes determinadas pelo capital. Isso não significa que apenas um estará correto. Todos estarão em algum momento, uma vez que o campesinato pode se desterritorializar em determinada fração da superfície terrestre/momento histórico por ação do capital, mas acabará se reterritorializando em outra parte/tempo pela ação e interesse contraditório do próprio capital. Portanto, a seguir, iremos discutir como o campesinato local teve seus processos territoriais forjados pela divisão do trabalho, principalmente e extremamente relacionado à indústria de laticínios, enquanto determinante de suas territorializações e relações de trabalho, e assim, pretendemos demonstrar que sua presença em parte da Terra é inerente a sua condição.

O DESENVOLVIMENTO DESIGUAL E A DIVISÃO TERRITORIAL DO TRABALHO: A INDÚSTRIA LEITEIRA E A SUJEIÇÃO DO CAMPESINATO LOCAL

A produção leiteira na região está intrinsecamente ligada à ocupação regional através da vinda de mineiros das regiões de Pouso Alegre e demais localidades do sul mineiro. A tradição da pecuária leiteira como elemento cultura, sustento e alimentação da família camponesa foi algo reproduzido na região, sendo extremamente comum a propriedade de pelo menos uma vaca leiteira, da qual além do leite também se obtinha seus derivados. Portanto, como processo cultural e produtivo podemos entender a consolidação do campesinato local no decorrer do processo de ocupação a partir da segunda metade do século XIX até meados do século XX, ao qual ocupam terras que não foram de interesse da cafeicultura, e ainda, que permanecem durante muito tempo quase sem relações capitalistas de compra e venda visto periferização econômica local.

No forjar da Divisão Territorial do Trabalho, a produção leiteira destinada à indústria foi uma das principais economias agrícola destes municípios durante as décadas de 1960 e 1990, visto a existência de um entreposto de coleta de leite da Vigor S/A em Cerqueira César, em que diariamente os produtores levavam sua produção para ser comercializada, e em seguida eram destinadas as unidades fabris desta empresa. Outra unidade de importância e destaque se dava a Cooperativa de Laticínios de Avaré, sob a marca fantasia “Leite Sulista”. Configurada então uma importante bacia leiteira de expressiva presença camponesa, que, no entanto, ao não controlar as esferas de circulação dessa produção, tem parte da renda apropriada pelos que atuam no circuito intermediário entre produtor e o consumidor final. A produção leiteira destinada e subordinada ao capital industrial se enquadra no modelo de compreensão da Monopolização do Território pelo Capital, em que, como afirmado por Oliveira (1999, p. 105), o capital cria condições para os camponeses produzirem a matéria-prima para a indústria, ocorrendo a sujeição da renda da terra pelo capital, afirmando a sua contradição.

Entretanto, com o crescimento da produção leiteira na região nas décadas de 1960 a 1990, inicia-se um processo de industrialização local com a obtenção do leite e a fabricação de doces. No decorrer das décadas de 1970 e 1990, quando as grandes produções leiteiras, destinadas para a industrialização de derivados de leite, acarretam um aumento de empregos no setor industrial, devido à instalação de unidades fabris de grande porte. Assim, surge uma maior circulação de renda na região, interagindo entre os três setores econômicos. Essa fábrica tem origem em uma família ao qual foi uma das primeiras a ocupar a região, vindos do sul de Minas Gerais e, liderados pelo Capitão Moura Leite tornaram-se grandes concentradores fundiários.

Além de deterem um significativo rebanho de gado leiteiro, ao qual conseguiam rebaixar o valor de comercialização dos pequenos pecuaristas. Assim surge a empresa Pingo de leite Avaré, nome fantasia da ICPA (Indústria Cerqueirense de Produtos Alimentícios), localizada em Cerqueira César.

Ao analisar-se a cronologia das relações entre os produtores de leite e o capital industrial em Cerqueira César, tem-se um evento que não se pode deixar de citar, pois se trata de que após 1991, o Estado brasileiro deixou de regular o mercado leiteiro, abrindo a possibilidade da formação de grandes oligopólios do setor, ocasionando a queda de arrecadação por parte dos pequenos produtores. Na década de 1990 o capital internacional passa a atuar no processamento do leite, visto a instalação sucessiva de empresas como Fleischmann & Royal – Kraft, Parmalat e Kremon, atuando sob o registro de Mococa SA. A instabilidade produtiva em Cerqueira César ocorreu quando da transferência administrativa do Pingo de Leite Avaré para o Grupo Fleischmann & Royal – Kraft, em 1994. A partir de meados dos anos 2000, com novas normativas sanitárias e a entrada de capital multinacional na industrialização dos derivados lácteos, a produção agropecuária começa a sofrer com as mudanças administrativas, exigindo aos produtores a se modernizarem com a aquisição de ordenhadeiras mecânicas, tanques de resfriamento e de armazenamento.

Contudo, os anos de 2005 e 2006 são cruciais para a alteração do perfil produtivo e do papel na Divisão Territorial do Trabalho para toda região. Além das questões particulares às empresas gestoras da unidade, das questões técnicas produtivas que inviabilizou muitos camponeses de continuarem a fornecer sua produção à indústria, ainda temos o momento da reprimarização da balança comercial brasileira voltadas as produções de commodities e, também, aos incentivos fiscais para a expansão de usinas sucroenergéticas. Assim, uma cadeia de eventos associados e relacionados levaram às mudanças econômicas e sociais. Entre os anos de 2006 e 2012 a unidade da Mococa em Cerqueira César, principal unidade recebedora do leite produzido na região, fica com as atividades paradas. Isso acabou abrindo espaço para a atuação dos setores citrícola e sucroenergético com o arrendamento das terras para as lavouras (VENTURELLI, 2009). Outra situação que merece destaque é o fechamento da unidade de beneficiamento da Cooperativa de laticínios de Avaré em 2012, ocorrida após crise estrutural, sendo que atualmente o papel dessa cooperativa é apenas de medicação para destinada da produção de seus membros.

Em 2012 há a reabertura da unidade fabril da Mococa SA. devido a perspectiva de obtenção de matéria-prima, como também por questões administrativas próprias à empresa. Porém no ano de 2016 a unidade é desativada novamente. Essas sucessões de acontecimentos,

sendo os mais antigos ou os recentes, levaram muitos proprietários de terras a arrendá-las para o uso do setor sucroenergético e citricultor. Se parássemos nesse momento, poderíamos interpretar que o campesinato desaparece frente a obtenção de renda fundiária.

Teremos um novo horizonte a partir do ano de 2019 com a aquisição da unidade fabril pela Confepar Agro-Industrial Cooperativa, uma cooperativa paranaense com sede em Londrina, que atua também no setor de processamento lácteo sob o rótulo de Cativa. Com a retomada da produção nesta unidade fabril há a necessidade de se garantir o fornecimento de leite para o processamento. Dessa forma, a gestão da cooperativa passa a incentivar os camponeses da região a retomarem a atividade leiteira. Assim, muitos pequenos produtores que antes estavam com suas terras arrendadas ou haviam perdido a destinação de suas produções com o fechamento da Mococa retomam suas atividades.

TERRITORIALIDADES: MOVIMENTOS, SUJEIÇÃO, CONFLITOS E INTENCIONALIDADES NA RESISTÊNCIA E RECRIAÇÃO CAMPONESA

Há vários processos que explicam as construções territoriais camponesas, cada uma dentro de suas especificidades e particularidade de acontecimentos provocados pela intencionalidade do capital ao qual podem promover desterritorializações e reterritorializações. Dentro do processo de desenvolvimento geográfico desigual, optamos por analisar como o forjar da divisão territorial do trabalho foi determinante nessas territorialidades. Dessa forma, fica evidente a ação do capital dentro desse ramo industrial, principalmente vinculado a um ponto específico, que vem a ser fábrica localizada a beira da ferrovia em Cerqueira César, ao qual desde os anos 1970 é determinante no condicionar das territorialidades camponesas. Intrínseco ao funcionamento ou desativação dessa unidade, o campesinato local produtor de leite passa por ter sua relação com a terra alterada.

Evidente então, que se as territorialidades camponesas estão relacionadas as diretrizes produtivas de uma unidade de beneficiamento de leite, correto então concluirmos que a ação do capital – independente de sua escala – enquanto fator que põe a funcionar ou a desativar a fábrica, promove as territorialidades camponesa. E mais correto ainda, entendermos que esse capital não age apenas no que tange a fabricação de derivados lácteos, mas sim, na orientação produtiva expressa pelo papel local na divisão do trabalho, ao promover alterações no uso do solo a fim de direcionar as terras e a força do trabalho para obtenção de outros produtos.

Sendo parte condicionada pela mobilidade do capital no forjar da divisão territorial do trabalho, o campesinato o acompanha e com isso pode estar mais ou menos presente no circuito

produtivo e no território. Esse processo indica a relação intrínseca que contraditoriamente o campesinato possui ao capital. Por isso, entendemos que o grau de sua participação na produção não expõe o desaparecimento desta classe, e sim estratégias adequadas àquele momento em questão. Dessa forma, indicar as suas territorialidades enquanto expressão da classe camponesa no território e conflito ao capital será o caminho para compreender a relação entre a dependência do capital na formação geográfica e a intencionalidade do capital na subordinação camponesa. Para tal associada os eventos de mobilidade do capital, como descritas nos momentos referentes à indústria leiteira e as características da divisão territorial do trabalho em diferentes momentos podemos compreender a participação camponesa na produção e como isto refletiu nos arranjos territoriais.

Analisando a produção leiteira vinculada ao campesinato encontramos ao longo das últimas seis décadas diversas situações que expressam a sujeição do campesinato à indústria e como que os direcionamentos do capital para outros objetivos promoveram movimentações camponesas de supressão e recriação. Logo, percebemos o quanto a mobilidade do capital é fator inerente para as territorialidades camponesas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos que o Desenvolvimento Geográfico Desigual, entendido como resultado no espaço do processo de Desenvolvimento Desigual e Combinado, ocorre a partir de interesses e intencionalidades do capital que são inerentes a cada momento de atuação, porém, que deixam suas marcas por muito tempo, os resultados expressos pelo desenvolvimento são mais duradouros que as alterações que o capital provoca no papel da localidade na Divisão do Trabalho (social e territorial), e por muitas vezes essas alterações sobrepõem processos que se acumulam. Seque um processo de extração de riquezas se encerra, outro aparece para determinar uma nova divisão, enquanto as cicatrizes deixadas pelo momento anterior ainda são notadas. Isso determina a cada vez mais a dependência da localidade e a necessidade em “deixar” o capital agir de acordo com seus interesses.

Logo, a expressão do capital através de sua localização e movimento expressam a construção do espaço geográfico. E em localidades que se apresentam com uma divisão territorial do trabalho periférica, as fragilidades são mais nítidas. Por isso, discorremos que as territorialidades são expressões de conflitos e, ocorrem onde as contradições do capital são mais pungentes.

E assim, concluindo sobre as territorialidades camponesas, seus movimentos de des/re territorialização estão presentes de acordo com o Capital. Quando há a tendência a diferenciação, ou seja, mais presença de capitais, os camponeses se reterritorializam e participam do processo de geração de renda. Mas quando há a tendência a igualização, ou seja, menor presenças de capitais, ou presença em um único setor, pode haver a desterritorialização camponesa.

REFERÊNCIAS

- COBRA, Amador Nogueira. **Em um recanto do sertão paulista**. São Paulo: Tipografia Hennies Irmãos, 1923.
- DI CREDDO, Maria do Carmo Sampaio. **Terras e Índios: A apropriação da terra no vale do Paranapanema**. São Paulo: Arte & Ciência Editora, 2003.
- GUZMÁN, Eduardo Sevilla; MOLINA, Manuel Gonzáles. **Sobre a Evolução do Conceito de Campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- HARVEY, David. **Os Limites do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. São Paulo: Expressão Popular, 2ª ed., 2008.
- _____. **Para uma Crítica da Economia Política**. Ridendo Castigal Mores, 1999.
- MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e Fazendeiros em São Paulo**. São Paulo: Hucitec/Polis, 1984.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. A Geografia Agrária e as Transformações Territoriais Recentes no Campo Brasileiro. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). **Novos Caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, p. 63-110, 1999.
- _____. O que é Renda Diferencial. **Orientação**, São Paulo, Instituto de Geografia - Departamento de Geografia – USP, nº 7, p. 93-104, 1986.
- _____. **Modo Capitalista de Produção, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH/Labur Edições, 2007.
- SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituação e desconceituação: o velho e o novo em uma discussão marxista. Estudos Cebrap, Petrópolis, n.26, p.43-79, 1980.
- SILVA, Lígia Osório. **Terras Devolutas e Latifúndio**. 2º Ed. Campinas: Unicamp, 2008.
- SMITH, Niel. **Desenvolvimento Desigual**. Rio de Janeiro: Bretand Brasil, 1988.
- THOMAZ JR, Antônio. **Por trás dos canaviais, os “nós” da cana: a relação capital x trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista**. São Paulo: AnnaBlume, 2002.

VENTURELLI, Ricardo Manffrenatti. **Terra e Poder: as disputas entre agronegócio e a resistência camponesa no sudoeste paulista**: uma abordagem sobre o uso de terras públicas. 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia). FFLCH-USP – São Paulo.

_____. **Territorialidades do Agronegócio e da Agricultura Camponesa em Cerqueira César-SP**. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Geografia). UEL – Londrina.

Artigo recebido em: 25 de junho de 2022.

Artigo aceito em: 19 de setembro de 2022.

Artigo publicado em: 27 de setembro de 2022.